

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

319. TEMA PARA UM 15 DE NOVEMBRO

É sabido que a proclamação da República em nosso país resultou de um amplo e intenso movimento de propaganda do novo regime, que durou vinte anos, ou seja da fundação do Partido Republicano em dezembro de 1870 até o ato de 15 de novembro de 1889. Constituiu - seria desnecessário lembrá-lo - certamente a mais bela e expressiva manifestação político-cultural que nossa crônica histórica testemunhou. Nela - e por ela - empolgaram-se as mais lídimas expressões da nacionalidade, acobertadas pelo trabalho intenso da imprensa, dos congressos e dos chamados "clubes republicanos". Não há cidade do Brasil que não tenha evocado em suas vias públicas a memória dos "republicanos históricos".

Nossa Itu, bem como a vizinha Campinas, têm suas crônicas marcadas por eventos da mais variada natureza na propaganda do novo regime. Prova-o a simples lembrança dos apelidos com que elas foram acentuadamente marcadas: uma, tornou-se o "berço da República"; a outra, a "Meca da República", dois epítetos de que ambas muito se orgulham.

Todavia, um fato consternado marca o advento do novo regime. Os grandes homens da propaganda (os republicanos "históricos"), que por vinte anos semearam pelo país o credo e o espírito da República, ficaram praticamente ausentes do ato de proclamação do novo regime. Esta, ao

contrário do que se esperava, resultou de um simples golpe militar, certamente a única coisa que não estava nas cogitações dos propagandistas. Aparecem, isto sim, na organização e implantação definitiva do novo regime. Mas, ausentes do ato de 15 de novembro.

Há um depoimento curioso sobre o evento: a notícia que Aristides Lobo enviou ao "Diário Popular", de São Paulo, registrando o acontecimento de que resultou a queda de um Império e a implantação de uma República. Seu relato é melancólico. Lamenta ter que sê-lo, pois o que gostaríamos era poder marcar o dia 15 de novembro "como o primeiro dia da República", "mas não posso, infelizmente, fazê-lo". Julga que, quando muito, pode ser considerado "um degrau para o advento da grande era" e espera que os homens que iriam tomar a responsabilidade do poder "tenham juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade".

Reconhece Aristides Lobo que, "por ora, a cor do governo é puramente militar", e nem poderia ser de outra forma, pois "a colaboração do elemento civil foi quase nula". Isto lhe propiciou um frase que se tornou célebre: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam seriamente estar vendo uma parada".

Diversos autores contemporâneos têm procurado interpretar de maneira mais consentânea a dura expressão de Aristides Lobo. Mas - sutilezas de linguagem à parte - a verdade é que ela retrata uma característica do povo brasileiro face aos grandes problemas da política: a apatia, a indiferença, a descrença, estereótipos negativos que o levam a não acreditar no Brasil... Lá, como cá...

Todavia conforme escrevi linhas atrás, se os "históricos" ficaram ausentes do ato da proclamação, comparecem maciçamente na implantação e consolidação do novo regime. A começar pelo ministério organizado por Deodoro, que criteriosamente distribuiu as "pastas" por diversos Estados da nova Federação, cabendo duas a São Paulo, aí representado por Campos Sales e Francisco Glicério, coincidentemente dois campineiros. Os outros procediam da Bahia (Rui Barbosa), de Minas Gerais (Cesário Alvim), da Paraíba (Aristides Lobo), de Alagoas (Floriano), do Rio Grande do Sul (Demétrio Ribeiro) e do Rio de Janeiro (Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva). E depois, na Constituinte e no desenvolvimento dos primeiros vinte anos do novo regime mostraram os "históricos" toda a sua força e convicção no ideal republicano. (15-11-97).

320. UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO MARANHÃO

A costa setentrional do Brasil, onde se localizam os atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, só foi ocupada e povoada quase um século depois da ocupação e povoamento do restante do litoral brasileiro. Os donatários aos quais foram atribuídos as capitanias da região nem se dignaram vir ao Brasil saber onde ficavam suas possessões.

Esse abandono despertou a cobiça dos franceses que, desde o século anterior, faziam incursões pela foz do Amazonas e Amapá. Era tão intensa a presença francesa na região que os próprios historiadores da França defenderam, em certa época, a prioridade de seus compatriotas no descobrimento do Brasil.

No caso particular do Maranhão repete-se, curiosamente, o que ocorrera setenta anos antes, com a baía de Guanabara, desprezada pelos portugueses nas primeiras expedições reconhecedoras do litoral, mas ocupada pelos franceses de Villegagnon, em 1555, e que aí lançaram as bases de um povoamento que, se tivesse vingado, não só faria recuar de dez anos a data oficializada para a fundação do Rio de Janeiro, como marcaria a primeira tentativa francesa de uma colônia no ultramar.

Se a ocupação francesa da Guanabara durou dez anos, a do Maranhão durou apenas três ou quatro, pois forças militares, partindo de Pernambuco, desalojaram os franceses e ocuparam definitivamente a região. De maneira bastante curiosa, os portugueses que expulsaram os invasores do Maranhão conservaram o nome que eles haviam dado à povoação fundada - nome que perdura até hoje -, pois ao longo do tempo a localidade sempre se chamou São Luís.

A evolução histórica do Maranhão e de todo o norte do Brasil, mesmo com a colonização portuguesa, não foi de molde a aproximá-la das demais regiões, de Pernambuco para o sul, principalmente pela distância. Eram mais fáceis as comunicações do Norte do Brasil diretamente com Portugal do que com o restante do Brasil. O reconhecimento desse importante fator geográfico levou a Metrópole a desmembrar do Brasil toda a extensa região do Ceará ao Amazonas, que passou a constituir o "Estado do Maranhão", totalmente independente do Brasil. Assim, por mais de cento e cinquenta anos, de 1621 a 1774, deixou o norte do Brasil de ser brasileiro.

Com o tempo tornou-se o Pará mais importante que o próprio Maranhão, inclusive por ser a "entrada" para o vale do Amazonas, e por isso, a capital do "Estado do Maranhão" foi transferida para a cidade de Belém,

fundada no século anterior por Francisco Caldeira Castelo Branco, com o nome religioso alusivo ao nascimento de Jesus. Conseqüentemente, o novo Estado passou a ser denominado do "Maranhão e Grão-Pará".

Extinta na erapombalina (1774) o Estado do Maranhão e Grão-Pará e reintegrado ao Brasil, a vinculação com o restante do país foi sempre muito artificial. De fato, ela só se realiza com a Independência, ao criarem-se as províncias do Ceará, Maranhão e Pará. Esta última, só em meados do século passado seria dividida, com a criação da província do Amazonas.

Essa fase do Maranhão "não brasileiro" é de muita importância para a história regional, como se mostrará oportunamente. (29-11-97)

*

321. PEQUENA DIVAGAÇÃO GEO-HISTÓRICA

País de dimensões continentais, ocupando ele só mais da metade de toda a América do Sul, a crônica de nossa evolução histórica tem que ser colocada em parâmetros ou coordenadas diferentes em matéria de tempo e de espaço. E se a própria ocupação litorânea, como ficou demonstrado em nota anterior, não obedeceu a uma unidade convencional capaz de assinalar com precisão datas e fatos, que não dizer da ocupação interior? Esta ficou por alguns séculos da dependência de incursões sertanistas partindo da Bahia, de Pernambuco e, principalmente, de São Paulo. Se as "entradas" baianas mal passaram do vale do São Francisco e da Chapada Diamantina, e as pernambucanas visaram à conquista do interior do Nordeste, já as paulistas alcançaram proporções quase inacreditáveis, assegurando, com o tempo, a incorporação ao Estado português de mais de um terço de nosso atual território.

Mas, não é só isso que impressiona na história de nosso povoamento. Julgo mais importante a natureza de uma ocupação feita "aos saltos".

Saía-se de São Paulo para conquistar e povoar Mato Grosso e Goiás, mas o vazio permanecia e esse vazio, sabem-no todos, só em época muito recente começou a ser preenchido. Apenas um exemplo: se considerarmos o que seria o Brasil se o Tratado de Tordesilhas tivesse sido demarcado e se tornado a fronteira do Brasil, essa fronteira passaria a poucos quilômetros de

Itu e Campinas. Mais ainda: a linha demarcatória de Tordesilhas, entrando pela foz do Amazonas e saindo no litoral de Santa Catarina, passaria por áreas que só recentemente foram, de fato, incorporadas ao ecúmeno brasileiro. Coincidentemente, a rodovia Belém-Brasília acompanha bem de perto a fronteira tordesilhana. E esta até hoje não está definitivamente ocupada.

Eis porque o problema das distâncias e, especialmente, o povoamento "aos saltos", constitui uma singularidade de nossa geo-história. Há alguns anos, um jornalista francês que realizara enorme excursão pelo interior do Brasil, disse-me que o que mais o impressionou foi justamente esses vazios. "Viaja-se horas e horas - dizia-me ele - sem se encontrar uma marca de ocupação do solo e... de repente depara-se com uma grande cidade". Isso, para um europeu ou americano do Norte é de difícil compreensão, pois em seus países a ocupação efetiva do solo foi feita passo a passo. Não se avançava uma milha sem que a região anterior ficasse efetivamente ocupada. Os americanos levaram dois séculos para a ligação "costa a costa". Donde, a criteriosa teoria da "moving frontier" do Professor Turner.

Nós constituímos um país praticamente sem fronteiras até o final do século XVIII. A fronteira estava onde os sertanistas paulistas alcançavam. E como a barreira andina impedia que os espanhóis avançassem pelo interior brasileiro, não houve senão lançar mão do artifício do "uti-possidetis", assegurado pelo Tratado de Madrid, de 1750, o qual nos deu praticamente o Brasil de hoje.

Quando falei ao jornalista francês do significado do que ele acabava de observar em sua longa jornada, e especialmente, dos "vazios" do nosso país teve ele ensejo de uma pergunta curiosa: por que, vocês, brasileiros, não estudam esses vazios? Pois são justamente esses "vazios" que vêm ultimamente merecendo a atenção de geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos e outros que se interessam por temas brasileiros. O assunto comportará outra nota. (6-12-97)

*

322. MAIS UM POUCO DE GEO-HISTÓRIA

Algumas das observações exaradas em nota anterior procurando mostrar o problema das condições precárias do povoamento de nosso território,

fazem pensar numa das questões mais sérias de nossa geo-história: o das distâncias incomensuráveis, dificultando e não raro até impedindo as comunicações entre as várias partes do país não só nos tempos coloniais, mas até época relativamente recente. O mestre Deffontaines, quando viveu entre nós há mais de sessenta anos, já observara que certas regiões do Brasil passaram das tropas de muares para o avião, sem os meios intermediários de transporte...

A América Espanhola fragmentou-se em nem sei quantos países e teria se fragmentado mais ainda não fossem alguns movimentos unionistas do século passado; o grande itismo constituído pela chamada "América Central", que mal comportaria um país, consta de sete ou oito; e a própria nação norte-americana permaneceu por quase dois séculos nos treze "Estados" da costa leste e só se ampliou quando se conscientizou de seu "destino manifesto". E quando da independência, nem sequer um nome geográfico havia para designar o novo país. Chamou-se simplesmente "Estados Unidos", como resultado da situação administrativa e política em que eles ficaram.

No Brasil, o processo foi diferente. Portugal fez questão de manter o país unido, como se fosse todo igual, física, cultural ou economicamente. Mas, em certo momento conscientizou-se da impossibilidade de gerenciamento condigno para o país, e decidiu-se a dividi-lo, criando, como já foi lembrado em nota anterior, o "Estado do Maranhão e Grão-Pará" (ou "Grão-Pará e Maranhão"), totalmente desvinculado do Brasil e na dependência direta da Metrópole. E o grande argumento para a divisão foi justamente a dificuldade de comunicações do Norte com o Sul, pois as províncias setentrionais se comunicavam muito mais facilmente com Lisboa do que com a Bahia ou o Rio de Janeiro. E quase só ao findar do século XVIII, isto é depois de mais de 150 anos, foi o Norte reintegrado no território brasileiro, sem qualquer justificativa para essa decisão pombalina.

O regionalismo, conseqüentemente, acabou se impondo na evolução histórica do país. Talvez não haja em nossa história um acontecimento que tenha interessado ao país todo. Nem a própria Independência. É sabido que esta, da maneira como foi feita, não interessou às províncias do Norte. Estas viram no ato de 7 de setembro de 1822 uma espécie de "golpe" (permitam-me um termo da moda...) do Príncipe D. Pedro em torno do Rio de Janeiro, de Minas e de São Paulo, quais sejam as províncias mais vizinhas à Corte e que estariam mais na dependência direta de sua tutela. Foi preciso que o jovem Imperador contratasse um almirante inglês para impor a Independência nas

províncias do Norte. Talvez seja o único caso na história da humanidade este, de se obrigar alguém a aceitar a própria Independência...

Aquela situação a que o Professor Deffontaines se referia, naturalmente, perdeu, em grande parte sua razão de ser a partir de meados deste século. Mas, continua válida ainda para muitas regiões do país. (13-12-97)